

DAR À LUZ NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

MARIA RENILDA NERY BARRETO¹

No raiar do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, capital da República brasileira, passou por grandes transformações: política, urbana, sanitária, científica e cultural. Foi neste contexto que a ciência médica, representada por especialidades tais como ginecologia, obstetrícia, pediatria e puericultura, intensificaram o discurso em defesa da criação de maternidades, entendidas como espaços hospitalares destinados exclusivamente ao parto, ao puerpério e ao cuidado com as crianças.

Muitos projetos ganharam relevância nesse cenário de reordenamento urbano, dentre eles a organização de espaços de assistência materno-infantil. Nosso texto irá problematizar a criação das maternidades – aqui entendidas como o lugar destinado ao parto². Quem as criou? Como eram financiadas? Quem as dirigia? A quem se destinavam? Qual a justificativa ideológica? Esse movimento foi isolado ou acompanhou a dinâmica sul-americana e europeia? Essas são algumas questões que o texto pretende discutir. Vamos tomar como estudo de caso a fundação da Maternidade Municipal de Santa Isabel, a primeira do gênero na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX.

Desse movimento resultou a criação de três maternidades públicas, entre 1877 e 1920, com o objetivo de prestar assistência às mulheres pobres e “necessitadas”, assim como dotar a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro de um ambiente adequado às aulas da Clínica de Partos. Esse *paper* tem por objetivo apresentar o contexto de criação dessas maternidades, os sujeitos históricos envolvidos, articulando-os ao projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro e ao discurso de construção da nação.

Esse movimento materno-infantil estava fundamentado na ciência médica, particularmente no desenvolvimento das especialidades – ginecologia, obstetrícia, pediatria e

¹ Dr^a em História da Ciência e da Saúde, professora e pesquisadora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ, Brasil). Essa pesquisa conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e faz parte dos resultados parciais do Projeto *O Rio de Janeiro da Belle Époque: ciência, lazer e educação*.

² A palavra maternidade encontra-se atrelada, minimamente, à uma tríplice condição: de estado (o ser mãe); de ação (o dar à luz) e de lugar (o estabelecimento hospitalar). (Françoise Thébaud apud FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, Mães e Médicos*. Discurso maternalista no Brasil. RJ: FGV/UFRJ, 2009 2005).

2

puericultura – e na articulação das mulheres em torno de um projeto médicos-sociais, de cariz filantrópico (Mott, 2001, 2005; Freire 2009; Freire e Ferreira, 2011; Martins, 2008, 2011; Sanglard e Ferreira, 2010). O palco desse movimento foi a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República brasileira há muito criticada como uma urbe insalubre que precisava sofrer intervenções urbanas e sociais para adequar-se às necessidades econômicas do século XX. O cenário era de “desordem urbana” - traduzida em crise habitacional, movimentos sociais, epidemias, dificuldade de circulação de pessoas e de mercadorias - somado ao desejo da nossa elite financeira e intelectual de “civilizar” o Rio de Janeiro nos moldes das principais capitais européias.

Alguns segmentos urbanos demonstraram preocupação com os elevados índices de mortalidade infantil, considerados incompatíveis com a almejada construção da nacionalidade em fins do século XIX e início do XX. Nesse contexto nacionalista e higienista, os médicos e os puericultores, com o apoio das elites e de setores femininos da sociedade, organizaram entidades de assistência materno-infantil, movimento que visava, entre outros objetivos, a conformação de rede de assistência focada na construção de instituições hospitalares especializadas em obstetrícia e pediatria e de espaços de educação feminina voltados para o cuidado da infância. Os médicos e a filantropia laica foram os pioneiros na defesa da assistência materno-infantil. Em seguida, o movimento ganhou o apoio das camadas urbanas média e alta.

Os médicos eram os principais defensores de um espaço hospitalar reservado às gestantes e aos cuidados dos recém-nascidos. As comunidades médicas das cidades do Rio de Janeiro e de Salvador – identificadas com o ambiente acadêmico, vez que estas cidades eram sede do ensino médico desde 1808 – foram as primeiras a se manifestar oficialmente em prol da construção das maternidades. O empenho desses médicos foi fortemente determinado pelo acahado espaço das aulas de ginecologia e obstetrícia na enfermaria de partos do Hospital da Misericórdia de ambas as cidades – o qual também absorvia a função de hospital universitário, além de hospital público e espaço da caridade. Essas idéias eram difundidas nas páginas dos periódicos leigos e especializados, nas sessões da Academia Nacional de Medicina e da Câmara Municipal, nos congressos médicos, nas aulas e nas teses produzidas nos espaço das faculdades de medicina.

3

Nesse período, a ginecologia, a obstetrícia, a pediatria e a puericultura se constituíram em especialidades médicas e forneceram a justificativa científica para o discurso em defesa da criação de maternidades, entendidas como um espaço hospitalar destinado exclusivamente ao parto e ao cuidado com as puérperas e as crianças³. Atrelado ao discurso científico estava a defesa de amparo a mulher pobre – branca, negra ou mestiça -, escrava, ex-escrava, camponesa, operária ou imigrante.

Essas maternidades, a despeito das suas particularidades, tiveram vários traços em comum: o envolvimento de médicos nos projetos de fundação, a articulação entre o espaço hospitalar e o curso de medicina, a participação de mulheres na condição de filantropas e de administradoras desses espaços, o discurso de assistência ao pobre, bem como a correlação entre ciência, assistência e construção da nação.

A Maternidade Municipal de Santa Isabel: entre o privado e público

A primeira experiência de fundação de uma maternidade pública ocorreu nas últimas décadas do século XIX, durante o período monárquico, na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império. A necessidade de fundação de uma maternidade foi pauta nas conferências populares da Glória, nos artigos circulantes na imprensa leiga, nas sessões da Academia de Medicina, da Câmara Municipal e da Faculdade de Medicina.

As diversas casas de partos pertencentes a médicos e a parteiras não eram suficientes para atender às necessidades das mulheres grávidas, principalmente das que não podiam pagar por serviços particulares. Esse discurso – de assistência a mulher pobre – foi recorrente nas exposições dirigida à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, nas conferências públicas e nos jornais e periódicos – médicos e leigos.

Podemos localizar ações efetivas de criação da primeira maternidade no Rio de Janeiro na década de 70 de século XIX. Trata-se da campanha deflagrada pelo médico José Rodrigues dos Santos (1852-1905)⁴, assistente da clínica de partos da Faculdade de Medicina e membro

³ O termo maternidade é polissêmico, como nos lembra Françoise Thébaud (1986). Ele pode significar quatro coisas distintas: a) um estado referente e qualidade de mãe; b) uma função reprodutiva; c) uma obra de arte representando a mãe e o filho; d) e finalmente o estabelecimento hospitalar.

⁴ Nasceu no Rio de Janeiro e, 10 de abril de 1852, e faleceu em 1905. Estudou medicina nessa mesma cidade, diplomou-se em 1873, especializou-se em obstetrícia e ginecologia. Após a conclusão do curso no Brasil foi para Europa, esteve na Maternidade de Port Royal, manteve contato com Adolpho Pinard, deixou uma grande quantidade de obras sobre obstetrícia, destacando-se *Clinique Obstetricale*, prefaciada por Pinard. Foi membro de estacadas academias científicas internacionais, dentre elas Sociedade de Higiene e Sociedade Química de

4

da Academia Imperial de Medicina. Ele empreendeu esforços junto à comunidade religiosa e aos representantes legislativos para angariar recursos suficientes para construção de um prédio que abrigasse uma maternidade pública.

Em 1876, José Rodrigues dos Santos criou uma casa de partos e maternidade e, um ano depois, a instalou no bairro de Santa Isabel, no então Boulevard Vinte e Oito de Setembro, nº 12, para a qual deu o nome de “Casa de Saúde e Maternidade Santa Isabel” (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, código 46-2-32)⁵. Nos anos seguintes Santos iniciou uma campanha de transferência desta maternidade, da esfera privada, para o poder público. A campanha logrou êxito no Rio de Janeiro Imperial e, em 1881, a Câmara Municipal, presidida por Bezerra de Menezes⁶ - também médico e que tinha como causa a defesa dos pobres -, criou provisoriamente a Maternidade Municipal de Santa Isabel, encarregando do Dr. José Rodrigues dos Santos de dirigi-la (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, código 46-2-32).

José Rodrigues dos Santos, ao que tudo indica, ocupava um lugar bem demarcado no seio da aristocracia carioca. Na realização de seu projeto ele contou com o apoio do Barão de Lavradio, então presidente da Junta Central de Higiene Pública, de membros da Câmara Municipal, bem como do clero.

A exposição de motivos que Rodrigues dos Santos enviou para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro apoiou-se no ideário caritativo, eurocêntrico e reducionista. Ele apelou à compaixão dos vereadores para com as mulheres pobres e infelizes, desprotegidas e desabrigadas no momento do parto, mostrou o descompasso entre o Brasil e a “velha Europa” onde localidades como Paris e Reino da Áustria possuíam “abrigos” para mulheres pobres, custeados pela municipalidade. Acrescentou, ainda, que a criação das maternidades refletia uma sociedade que valorizava a mulher enquanto reprodutoras da espécie (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, código 46-2-32).

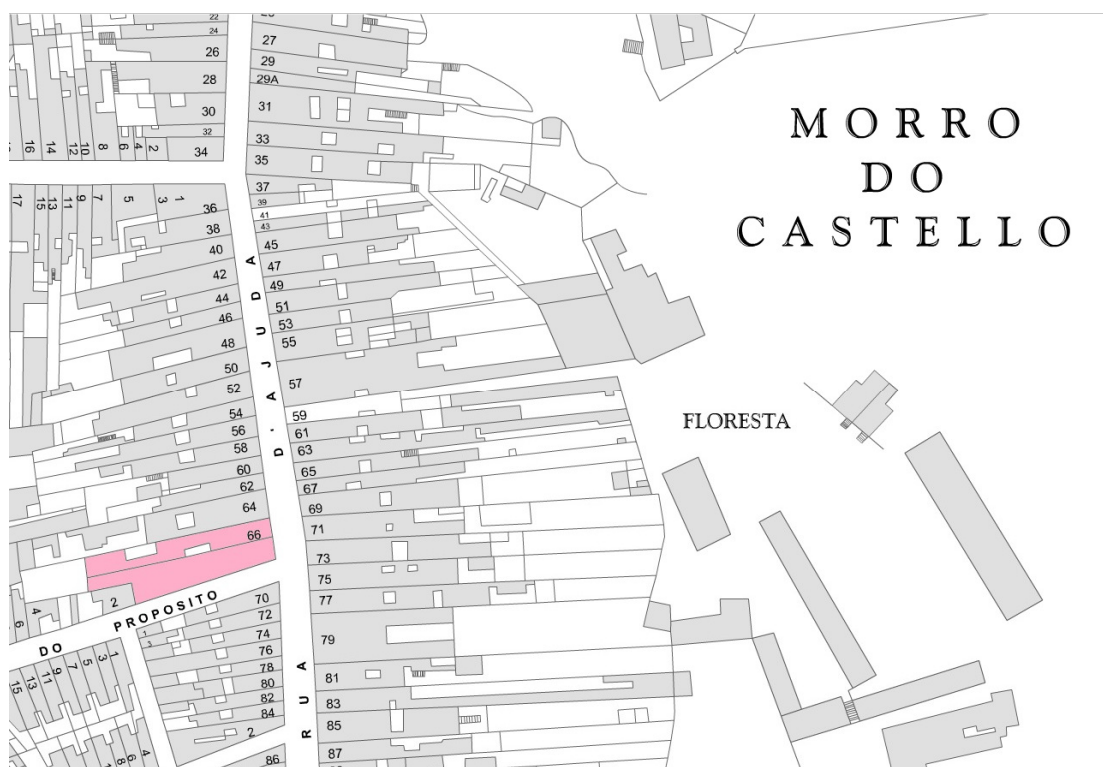
O projeto de Rodrigues dos Santos não desejava somente amparar a grávida desvalida. A maternidade proporcionaria um núcleo de amas de leite para o serviço particular, “sendo

Paris, Sociedades de Obstetrícia de Paris e da Filadélfia. No Brasil foi membro da Academia Imperial de Medicina da Sociedade Médico-Cirúrgica e do Instituto Farmacêutico. Também angariou títulos e honras: foi Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, em Portugal. (Blake, 1970, p. 168-171)

⁵ Ver também ARAÚJO, Achilles Ribeiro DE. *A assistência médica hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro, MEC, 1982, P.197-198.

⁶ Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti (1831-1900) nasceu no Ceará, estudou medicina no Rio de Janeiro, foi médico, escritor, militar e político - vereador, prefeito, deputado e senador (Blake, 1970).

5
elas sujeitas a um exame apurado e portadoras de uma guia que garantiria sua boa saúde e qualidade do leite” (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, códice 46-2-32, p 5- frente). Apesar das controvérsias existentes sobre os benefícios/malefícios das amas de leite, o médico propunha-se a selecionar mulheres aptas a prestar esse serviço. Essa proposta do Rodrigues dos Santos nos remete a outra questão que, infelizmente, os documentos não respondem. Como as pacientes que freqüentaram a Maternidade eram mulheres pobres e, a maioria escrava – conforme mostraremos adiante –, quem administraria o pagamento desse serviço? A maternidade teria algum rendimento pelo controle das amas de leite?



Localização da Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda, a Rua da Ajuda, n^{os} 66 e 68.

Fonte: Mapa da Cidade de Rio de Janeiro, em 1866, adaptado do Cecult/ UNICAMP (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura)

6

Em 1880 a Maternidade Municipal de Santa Isabel começou a funcionar provisoriamente na Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda, fundada pelo médico Manuel Joaquim Fernandes Eiras, situada na Rua da Ajuda, n^{os} 66 e 68, bem no coração da cidade.

Pelos relatórios enviados à câmara Municipal pelo diretor da maternidade, dr. José Rodrigues dos Santos, pode-se depreender que a Maternidade Municipal de Santa Isabel atendeu mulheres que viviam na cidade do Rio de Janeiro, todas elas muito jovens, sendo mais da metade das parturientes, escravas. Esse espaço hospitalar foi um local de assistência a mulher negra, escrava, sem recursos para custear o internamento em uma casa de saúde privada, ou sem nenhuma rede de apoio sendo a maternidade pública sua única opção (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice – 46-2-32). A predominância de mulheres solteiras corrobora o que já foi dito pela historiografia, ou seja, que as relações maritais entre as classes menos favorecidas não passavam pela formalização, principalmente entre os escravos (Mattoso, 1988).

Enquanto a Maternidade Municipal de Santa Isabel era instalada, precariamente, nas dependências da Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda, Rodrigues Santos movia esforços para encontrar um terreno onde pudesse construir um edifício para a maternidade. Como homem de boas relações sociais, não foi difícil alcançar o seu objetivo. A Ordem Carmelitana Fluminense cedeu, em 1880, um terreno na praia da Lapa, adjacente ao Convento do Carmo, para construção da Maternidade (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice – 46-2-32). Às vésperas da proclamação da República, o cônego da Ordem Carmelita Fluminense, Eduardo Duarte Silva, enviou para o Conselheiro Antônio Ferreira Vianna⁷, ministro do Império, a seguinte correspondência:

Tenho a honra de declarar a V. Exa, em respeito ao ofício de 29 do corrente mês de abril, que sendo a fundação de uma casa de Maternidade nesta Corte obra de grande caridade e muito de conformidade com o espírito da Igreja, autorizado como estou, ponho à disposição de V. exa para a construção da dita Casa, o terreno adjacente ao quintal do Convento do Carmo desta cidade e de propriedade do mesmo. As condições de transferência para o domínio do Estado do mencionado terreno, bem como a porção de espaço necessário ficam ao arbítrio e a equidade

⁷ Antonio Ferreira Vianna foi político, jornalista, jurista, promotor público na Corte (1857), deputado em cinco legislaturas (1869-77; 1881-4; 1886-9); Ministro da Justiça (1888) e do Império (1889). (IHGB, informações disponíveis pelo site <http://www.ihgb.org.br/acervo311.php?f=ACP000013>)

7

de V. Exa. Folgo por ter mais esta ocasião de manifestar ao Governo Imperial os sentimentos de caridade e de patriotismo da Ordem Carmelitana Fluminense (Cônego Eduardo Duarte Silva Convento do Carmo da Corte, 30 de abril de 1889, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, códice Códice – 46-2-32)

A esta doação oficial coube uma resposta de agradecimento do próprio imperador, o qual afirma os relevantes serviços prestados à humanidade pela Ordem Religiosa Carmelitana Fluminense, cedendo terreno para construção da maternidade e também de um hospital para crianças (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, códice – 46-2-32). A fundação de um hospital para crianças ao lado de uma maternidade reforça o movimento apontado em favor do binômio “mãe-filho”.



Localização do Convento do Carmo, na praia da Lapa.

Fonte: Mapa da Cidade de Rio de Janeiro, em 1866, adaptado do Cecult/ UNICAMP (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura)

Curiosamente, esse projeto de construção do prédio da maternidade tramitou em vários setores: pela Câmara Municipal (1882), pelo gabinete do Ministro do Império (1889) e pelo

8

gabinete do diretor da Faculdade de Medicina, até que, em julho de 1889 – poucos meses antes da do regime monárquico brasileiro chegar ao fim –, a planta do prédio da Maternidade foi aprovada e foi autorizado o início das obras. Em 1897, já no período republicano, encontramos documentação relativa à construção da maternidade (em andamento) na correspondência trocada ente o Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Amaro Cavalcanti (1849-1922) - e o prefeito do Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro - Francisco Furquim Werneck de Almeida (1846-1908) –, republicano, político e médico, especializado em ginecologia.

Temos neste ano supra-citado o parecer de uma comissão da Diretoria de Higiene, assinado pelos médicos Lourenço de Assis Pereira da Cunha, Alfredo da Graça Couto e Luiz Barbosa⁸. Esta julgava que o projeto arquitetônico satisfazia aos preceitos principais relativos à higiene.

O projeto da Maternidade Santa Isabel, assinado pelo engenheiro Antônio de Paula Freitas, procurou fornecer um espaço privilegiado para as aulas da cátedra de obstetrícia da Faculdade de Medicina. Sua planta seguiu o modelo pavilhonar vigente na Europa em fins do século XIX⁹. Paula Freitas aproveitou ao máximo as vantagens do terreno – de esquina – para criar dois blocos bem isolados um do outro. A questão da aeração e da insolação foi resolvida com a presença de janelas que davam para a rua e por uma varanda voltada para o pátio interno, que garantia circulação de ar constante nas dependências da Maternidade (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice – 46-2-32).

Como dito anteriormente, o Distrito Federal retomou o orçamento para dar continuidade à construção, em 1898, agora sob responsabilidade de Tobias Corrêa do Amaral, sub-diretor da Diretoria Geral de Obras e Viação da Prefeitura Municipal. Seriam necessários 256:723\$192 (duzentos e cinquenta e seis contos, setecentos e vinte e três mil, cento e noventa e dois réis) para concluir as obras. A municipalidade recusou-se a gastar tal soma com o projeto, alegando que se encontrava em grave crise financeira e que não interessava ao Município manter a maternidade. Achava mais conveniente que a mesma ficasse a cargo da União, que já mantinha a Faculdade de Medicina, grande interessada no empreendimento.

⁸ Sobre a participação de Luiz Barbosa na fundação da policlínica de Botafogo ver Sanglard e Ferreira (2010)

⁹ Surgido da França, graças aos estudos do engenheiro militar Casemir Tollet, o sistema pavilhonar ou Tollet, como ficou conhecido, logo ganhou toda Europa, tornando-se referência, sobretudo, na Alemanha. Caracterizado por edifícios de no máximo dois andares, que ocupavam uma grande área; nele imperava o princípio do isolamento, onde cada doença e cada doente eram isolados no interior do pavilhão.

9

Outra opção seria vender a obra inacabada para a Santa Casa da Misericórdia, que concluiria o projeto e se tornaria proprietária da maternidade.

O projeto da Maternidade Municipal de Santa Isabel, ou da Maternidade da Lapa, como passou a ser chamada no período republicano, foi arquivado. Apesar da Diretoria de Higiene ter aprovado a planta, considerando-a satisfatória, essa opinião não era unanimidade entre os médicos. Abreu Fialho considerava que:

O primitivo edifício destinado àquele fim e construído no meio da praia da Lapa, já não satisfazia, decorridos tantos anos do plano de então, às exigências da atualidade. Era central, próximo de um ponto movimentado e tinha sido idealizado ainda num tempo em que dominava um falso preceito científico. Reinava o horror à infecção puerperal, e o hospital era dividido em pequenos cômodos, consoante a regra da época (Fialho, 1904, p. 25).

Outros aspectos devem ser considerados quando se analisa o naufrágio do projeto da primeira maternidade pública no Rio de Janeiro. Além das divergências de interesses entre o Poder Executivo central e o Distrito Federal, da crise econômica que atravessava o país, temos que considerar as disputas acadêmicas e pessoais entre os professores de ginecologia e obstetrícia, a orientação política e científica desses homens.

A primeira maternidade pública foi um projeto encampado por um professor defensor da monarquia – José Rodrigues dos Santos - também ligado à Igreja e apoiado por D. Pedro II. O movimento republicano e posterior implantação da República no Brasil destacaram outros personagens nos cenários político e acadêmico, assim como os obstetras e ginecologistas Francisco Furquim Werneck de Almeida, Antonio Rodrigues Lima e Érico Marinho da Gama Coelho. Esse outro grupo, republicano e anticlerical, fez uso do seu capital político e intelectual e trabalhou em prol da fundação de uma maternidade que os lançasse na história e na memória do movimento em prol da assistência às mulheres pobres e desassistidas.

Entre idas e vindas dos projetos de assistência materno-infantil e de construção da nação, a cidade do Rio de Janeiro teve que esperar até 1904 para ter um hospital especializado em partos: a Maternidade de Laranjeiras.

BIBLIOGRAFIA:

10

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, vol. 2, 5.

COELHO, Érico Matinho da Gama. *Annaes da Academia de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. 1887.

FIALHO, Abreu. "A Maternidade do Rio de Janeiro". *Renascença*, Rio de Janeiro, março de 1904, Ano I, n. 1., p 24-28.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREIRE, Maria Martha de Luna; FERREIRA, Luis Otávio. Medicina, filantropia, assistência à infância e a fundação do Hospital de Crianças da Bahia, 1920-1930. In: Barreto, Maria Renilda Nery; Souza, Christiane Maria Cruz de. *História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: Manole. 2011

MARTINS, Ana Paula Vosne. "Vamos criar seu filho": os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 1, p. 135-154, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 18, p. 15-34, 2011.

MATTOSO, Katia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988

MOTT, Maria Lúcia B. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas, v.16, p.199-234. 2001

MOTT, Maria Lúcia. Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu* (24), janeiro-junho 2005, p. 41-67.

SANGLARD, Gisele e FERREIRA, Luiz Otávio. Médicos, Filantropos a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. *Varia História*, UFMG, v. 26, p. 437-459, 2010.

THÉBAUD, Fraçoise. *Quand nos grand-mères donnaient la vie: La maternité em France dans l'entre-deux-guerres*. Lyon:PUL, 1986.